



Estudos de Lingüística Galega

ISSN: 1889-2566

[elgilg@usc.es](mailto:elgilg@usc.es)

Universidade de Santiago de Compostela  
Espanha

Almeida Santos, Isabel

Rumos e ritmos da mudança linguística: alternância vocálica e flexão de número em  
português

Estudos de Lingüística Galega, vol. 7, 2015, pp. 125-141

Universidade de Santiago de Compostela  
Santiago de Compostela, Espanha

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305641135009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

reDalyC.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Rumos e ritmos da mudança linguística: alternância vocálica e flexão de número em português

Isabel Almeida Santos

Universidade de Coimbra / Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (Portugal)

imas@fl.uc.pt

Recibido o 10/11/14. Aceptado o 12/05/15

## Directions and rhythms of linguistic change: vowel alternation and number inflexion in Portuguese

### Resumo

O português marca sufixalmente, em nomes e adjetivos, o valor de plural. No entanto, nalgumas palavras, um mecanismo de alternância vocálica ([o]/[ɔ]) colabora na marcação das oposições de número. Pretende-se, então, neste trabalho, dar conta das questões descritivas associadas a esse mecanismo, relacionando a sua dimensão sincrónica com as suas coordenadas históricas. Para tal, i) analisar-se-á a questão fonológica subjacente à alternância; ii) prestar-se-á atenção à sua dimensão morfoléxica; iii) apresentar-se-ão os aspetos históricos que, entre outras coisas, dão sustentação empírica às análises sincrónicas. Observar-se-á, então, que um processo histórico de assimilação leva à constituição do mecanismo em análise, mas que fenómenos posteriores de analogia complexificam o seu funcionamento, determinando diferentes rumos de mudança. Dar-se-á relevo ao facto de a assystematicidade no estabelecimento de analogia(s) e o carácter lexicalmente idiossincrático da alternância [o]/[ɔ] conduzir à existência de hesitações e usos variantes. Ao mesmo tempo, mostrar-se-á que a dimensão ortoépica que a questão assume não é necessariamente regulada pelas diferentes fontes codificatórias, em muitos casos dissimuladoras da complexidade dos usos.

### Palabras chave

Português, alternância vocálica, flexão de número, variação linguística, mudança linguística

### Sumario

1. A questão 2. A(s) abordagem(-ns) sincrónica(s) 2.1. A dimensão fonológica 2.2. A dimensão léxico-morfológica 2.3. Os contornos da variação 2.4. Alternância vocálica: aspetos fundamentais 2.5. A dimensão ortoépica e os materiais codificatórios 3. A dimensão histórica 4. Considerações finais e perspetivas de investigação.

### Abstract

The Portuguese language has an inflectional mechanism to distinguish between singular and plural forms of nouns and adjectives, but in some cases an [o]/[ɔ] alternation also participates in the establishment of number oppositions. This article looks at some descriptive issues concerning the mechanism and relates the synchronic phenomenon to its diachronic background. Thus we will i) analyze the phonological phenomenon underlying the alternation in question, ii) examine its morpholexical dimension, and iii) look at some historical aspects that lend empirical support to our synchronic analyses. While a historical assimilation process initially gave rise to the mechanism described, as a result of subsequent analogical change its functioning increased in complexity and as a consequence, further change in various directions ensued. Due to the unsystematic nature of analogy and the lexical idiosyncrasy of the [o]/[ɔ] alternation, usage was subject to hesitations and variation. Prescriptive codifications do not always reflect this reality, and consequently often conceal the true complexity of language use.

### Keywords

Portuguese language, vowel alternation, number inflection, linguistic variation, linguistic change

### Contents

1. The issue. 2. The synchronic perspective. 2.1. The phonological dimension. 2.2. The lexical morphological dimension. 2.3. The variation scenario. 2.4. Vowel alternation: fundamental aspects 2.5. The prescriptive dimension and codification. 3. The historical dimension 4. Concluding remarks and research perspectives.

## 1. A QUESTÃO

No estabelecimento de contrastes de número, o português recorre, por via de regra, a uma unidade afixal, -s, que, por oposição à sua ausência, veicula o valor de plural; no conjunto das línguas da România Ocidental, esse constituinte morfológico resulta da conservação da desinência do acusativo plural latino, caso de onde provêm nomes e adjetivos<sup>1</sup>. No entanto, a este mecanismo morfológico associa-se, em determinados casos, um outro, de natureza não aditiva, que consiste na alternância de vogais no interior do radical: enquanto no singular a sílaba tónica é preenchida por [o], no plural, é [ɔ] que ocupa essa posição (cf. *p[o]rto* / *p[ɔ]rtos*).

Este tipo específico de alternância (que, frisamos, colabora no estabelecimento de contrastes de número no português atual) constitui, na história da língua portuguesa e de outras variedades ou idiomas românicos, um mecanismo inovador e a cuja análise se associam problemas descritivos de natureza variada. Embora este trabalho se centre na relação histórica e sincrónica entre a alternância das vogais médias posteriores e o valor gramatical de número no caso específico da língua portuguesa, é necessário referir que a questão estrutural e gramatical tem contornos mais complexos, pois abrange igualmente a expressão de contrastes de género. Tal facto é particularmente notório nos casos em que as formas com [o] no singular apresentam formas de feminino, pois a oposição estabelece-se entre a forma do masculino singular (*p[o]rco*) e todas as restantes [*p[ɔ]rcos* / *p[ɔ]rca(s)*].

Se, no plano diacrónico, estão em causa a reconstituição e a localização temporal de uma mudança linguística, no plano sincrónico deparamo-nos com um mecanismo que, com dimensão fonológica e morfológica, coloca igualmente questões no domínio dos usos.

Sabemos que a alternância vocálica de que aqui se fala constitui um fenómeno fonológica e morfológicamente condicionado, já que atua sobre radicais nominais e adjetivais cuja vogal tónica é [o] na forma do masculino singular, em palavras cujo índice temático (morfema de natureza categorial, na medida em que colabora na definição da classe, temática, em que se inserem os nomes e adjetivos [Villalva 2003: 921]) é -o.

Sabemos, no entanto, de igual modo, que nem todos os nomes e adjetivos que cumprem aqueles requisitos fonológicos e morfológicos registam alternância entre o singular e o plural (vejam-se casos como *lobo* / *lobos*). Aliás, constata-se que, muito embora se possam identificar algumas constrições fonológicas e morfológicas (assunto que desenvolveremos em 2.), são muitos os casos em que, definido o timbre [o] para o singular, não se pode determinar ou prever a ativação do mecanismo da alternância. Assim temos, em português, formas nominais e adjetivais que, foneticamente [ôC<sub>o</sub>u]<sup>2</sup>, formam o plural de dois modos distintos, em função das características idiossincráticas dos itens lexicais: [ôC<sub>o</sub>u] ou [ɔC<sub>o</sub>u] (Andrade 1994: 47).

Podemos ainda acrescentar, ao conjunto de fatores que complexificam a questão, o facto de esta envolver vogais médias<sup>3</sup> cuja oposição, sem correspondência na escrita, apresenta um rendimento fonológico escasso em português e com o qual necessariamente se relacionam situações de hesitação e variação na escolha do timbre ([e] ou [ɛ], [o] ou [ɔ]) que deverá atualizar as referidas vogais em posição tónica<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> O "morfema que marca o plural do português, tanto contemporâneo, como arcaico, é o morfema sobrevivente no português da rica morfologia flexional latina: o <s>, que marca o plural, tanto dos nomes, como dos elementos que com ele concordam no SN, é o continuador do <s> do acusativo plural de todos os paradigmas nominais (substantivo / adjetivo) e dos paradigmas dos outros constituintes do sintagma nominal" (Silva 2008, vol. I: 362).

<sup>2</sup> Representa-se desta forma a sequência de vogal tónica [o] seguida de qualquer número de consoantes, eventualmente de uma glide, e de -o final (Andrade 1994: 47. n. 1).

<sup>3</sup> Consideramos "médias" as vogais que, sendo [-rec] (correspondendo às tradicionalmente classificadas como anteriores) ou [+arr] (característica exclusiva das vogais posteriores, em português), são [-alt] e se distinguem entre si pelo valor atribuído ao traço [bx]. Em português, estão nessas condições as vogais [e, o], [-bx], e [ɛ, ɔ], [+bx].

<sup>4</sup> Ao referir-se à produtividade das oposições entre as vogais [-alt] de ambas as séries de articulação, Mateus realça que, por um lado, "é reduzido o número de exemplos como *sede* ['sedi] / ['sedi] ou *bola* ['bole] / ['bole]" e que, por outro lado, "a maioria dessas oposições resulta do processo de harmonia vocálica das vogais do radical em verbos como *selar* que, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, *selo* ['selu], se opõe ao nome *selo* ['selu]". Esta autora acrescenta ainda que "existe por vezes uma variação dialectal ou idiolectal entre vogais [-bx] e [+bx] que reforça a pouca produtividade do estatuto fonológico destas oposições (p. ex., as realizações de *abeto* [e'betu] / [ɛ'betu] ou de *dezoito* [di'zojtu] / [di'zojtu] diferem dialectalmente)" (Mateus 2006: 11-12).

Finalmente, saliente-se o facto de a alternância vocálica afetar apenas a vogal tónica, independentemente do constituinte morfológico (base —cf. *novo*— ou afixo —cf. *famoso*) que esse segmento integra. O acento de palavra corresponde, portanto, a um parâmetro envolvido na aplicação de qualquer regra que se formule para dar conta do mecanismo de alternância (Andrade 1994). Assim, enquanto -oso, constituinte sobre o qual incide a marca de acento, forma adjetivos sistematicamente marcados pela alternância da vogal do afixo, no português europeu, a alteração do lugar do acento associada à generalidade dos processos sufixais desencadeia, sobre a vogal da base, fenómenos de redução vocálica que impedem a alternância eventualmente registada nas formas não derivadas correspondentes. O interesse morfológico da alternância não impede, portanto, a atuação das regras fonológicas determinadas pelo condicionamento prosódico. Confrontem-se, para o confirmar, os plurais de *novo* (*n[o]vo*) e de *novíssimo* (*n[u]víssimo*), a saber, *n[ɔ]vos* e *n[u]víssimos*<sup>5</sup>. Já nos avaliativos em -z, ou nos derivados em -mente, pela conservação de um acento secundário sobre a base, se conserva o timbre vocálico registado em sílaba tónica e, portanto, se registam mecanismos fónicos como o da alternância (cf. *gul[o]so* / *gul[ɔ]sa* / *gul[ɔ]samente*).

## 2. A(s) ABORDAGEM(-NS) SINCRÓNICA(S)

### 2.1. A dimensão fonológica

No momento de descrever o mecanismo fonológico que subjaz àquele processo de alternância, Andrade (1994) parte do conjunto dos itens lexicais que apresentam a estrutura -oC<sub>0</sub>o#<sup>6</sup>, considerando quer as atualizações [oC<sub>0</sub>u], quer as atualizações [ɔC<sub>0</sub>u]. Para tal, analisa um *corpus* de 2360 formas que resultou do "levantamento atento, embora talvez não exaustivo, das palavras -oC<sub>0</sub>#" numa obra lexicográfica que indica (Andrade 1994: 50-51). Desse conjunto, 1710 palavras apresentam [o] em sílaba tónica e em mais de metade destas formas regista-se alternância vocálica (cf. Andrade 1994: 50-52)<sup>7</sup>. A constatação imediata de que não é possível associar esse mecanismo a uma só terminação<sup>8</sup> (e, idealmente, a todas as formas que a exibam) confirma a complexidade descritiva da questão, que o autor pretende esclarecer (Andrade 1994: 52), bem como evidencia a natureza problemática que este tipo de alternância assume para o falante (nativo e não nativo) de português.

Assim, a pergunta fundamental que Andrade coloca é a de saber se "nas formas com alternância existe um /o/ que, em certos casos, se reescreve como [ɔ] [no plural] ou, ao contrário, um /ɔ/ que, em certos casos, se reescreve [o] [no singular]" (Andrade 1994: 51-52). Desta forma, depois de analisado o poder descritivo das regras elaboradas para formular cada uma das hipóteses, o autor conclui que é a 2.<sup>a</sup> aquela que define o sentido da alternância, uma vez que configura uma regra formalmente muito mais simples e dá lugar a um número de exceções muito inferior àquele que resultaria da consideração da alternativa. Na sequência dessa opção descritiva, o autor conclui, então, que todas as formas nominais do português cuja vogal tónica é [+arr, -alt], excetuando alguns subconjuntos sujeitos à aplicação de regras particulares, que re-

<sup>5</sup> A situação do PB é, aqui, diversa, uma vez que essa variedade não sofre, com a mesma extensão, o fenómeno de elevação e recuo das vogais em posição átona. Aí se conserva, por isso, a alternância vocálica em formas como *n[o]víssimo* / *n[ɔ]víssimos* (Miranda 2002: 79).

<sup>6</sup> Cf. nota 4. Note-se que, do ponto de vista acentual, se trata de formas paroxítonas (considerando, aí, as tradicionalmente conhecidas como "falsas esdrúxulas") pelo que, por exemplo, "*voo, apoio, oito, óbvio, fosco, foro*, satisfazem o esquema -oC<sub>0</sub>o#" (Andrade 1994: 47, n. 1).

<sup>7</sup> A relação numérica aqui indicada não está de acordo com o afirmado por Miranda (2002: 74-75), que, no entanto, não identifica as suas fontes: "O exame das formas nominais encontradas no léxico do português mostra que as palavras (...) que têm [o] tanto na forma do masculino singular, como na do feminino, quando houver, e dos plurais, são encontradas em grande número. Não foi feita uma contagem, mas em termos comparativos são as que predominam". Para esta discrepância poderá contar o facto, salientado por Andrade (1994: 52), de que, no seu *corpus*, "só a terminação -oso tem mais de 760 unidades". Assim, considerando que essa terminação coincidirá, em muitos casos, com um afixo derivacional produtivo na sincronia do português, os casos de alternância poderão não ser lexicalmente tão predominantes como os números apresentados por este autor sugerem.

<sup>8</sup> Nas palavras com [oCo u], Andrade (1994: 52) identifica noventa terminações diferentes.

feriremos, apresentam uma das seguintes configurações: i) [o] no masculino singular e no masculino plural (porque existe um /o/ fonológico); ii) [o] no masculino singular e [ɔ] no masculino plural (porque existe um /ɔ/ fonológico, mas no singular aplicou-se uma regra de elevação); iii) [ɔ] no masculino singular e plural (porque existe um /ɔ/ fonológico, mas a regra de elevação no singular não se aplicou).

A situação de alomorfia do radical a que corresponde ii) resulta, então, de um processo fonológico de fechamento que atua no singular sobre a vogal /ɔ/; se essa unidade, integrando morfemas marcados no léxico, se subtrai à regra de elevação referida, surgem as exceções que correspondem à situação descrita em iii) e que são ilustradas por casos como *copo* / *copos*.

Para o falante, no entanto, a questão pode colocar-se noutros termos, já que a maior simplicidade formal do singular permite o estabelecimento de uma regra (ou a perceção de uma tendência) segundo a qual a um singular em [o] deve / pode corresponder um plural em [ɔ]; nesse caso, a noção de exceção não coincidiria com a que resulta da análise de Andrade.

À semelhança do que observamos em Andrade, também na *Gramática da língua portuguesa* elaborada por M. Helena M. Mateus e outras autoras (2003), a referência a este mecanismo da alternância vocálica surge no capítulo dedicado à fonologia (e, concretamente, à análise fonológica da flexão nominal) (Mateus, 2003). A interpretação aí defendida é, igualmente, a de que a alternância que se verifica em alguns nomes e adjetivos com vogal tónica [o] no masculino singular resulta de um processo fonológico, contextualmente determinado, que atua sobre a vogal da forma do singular e conduz à sua elevação. Aí se avança, então, com a hipótese de que, no plano síncronico, "a vogal tónica sujeita a alternância é uma vogal média baixa no nível fonológico, /ɔ/, que se realiza como média alta, [o], quando antecede uma sílaba final de palavra terminada numa vogal alta e arredondada" (Mateus, 2003: 1020).

Na mesma linha interpretativa, Augusta C. Miguel (1995: 332) justifica por *harmonia vocálica* as "alterações no timbre da vogal tónica, média recuada, de um número razoável de substantivos e adjetivos, entre a forma do singular e a forma do plural". Concretamente, esta autora explica que é o elemento ATR ('Advanced Tongue Root') próprio da unidade vocálica final, que é assimilado pela vogal tónica (/ɔ/), conduzindo ao seu fechamento e consequente processo de harmonização. Comportamentos marcados das respetivas vogais ("fixas") explicarão os casos das palavras que, não obstante apresentarem as condições contextuais exigidas (vogal posterior média em posição tónica e índice temático -o), não registam mudança de timbre vocálico (Miguel 1995: 335).

Centrada na mesma questão estrutural, mas trabalhando com os dados do português do Brasil (essencialmente não distintos dos relativos ao português europeu), Miranda (2002) sujeita o mecanismo da alternância vocálica a uma análise no âmbito da Fonologia Lexical e da Fonologia Autossegmental. Como os outros autores, e prescindindo, aqui, dos pormenores da análise desenvolvida no âmbito dos referidos quadros teóricos, esta autora considera que está em causa uma vogal subjacente /ɔ/ sobre a qual se aplica uma regra, lexical. Na sua perspetiva, essa regra é desencadeada pelo índice temático, mas o sufixo flexional de número desfaz as condições necessárias à sua aplicação.

As três situações identificadas por Andrade subtraem-se, como já antecipámos, determinadas estruturas, uma vez que sobre elas atuam regras fonológicas particulares que determinam a qualidade da vogal do radical, não sujeita, nesses casos, a outra transformação (Andrade 1994: 53-55). Assim, impedem a alternância as formas -oNV (como *sono*), cuja vogal é tendencialmente [-bx], tanto no singular como no plural<sup>9</sup>. O mesmo acontece nas formas -oNC (como *conto*), que apresentam, devido a um fenómeno geral do português, a vogal nasal não baixa, quer a unidade fonológica seja /o/, quer ela seja /ɔ/, e independentemente das restantes constrições fonológicas e do ambiente morfológico. Do mesmo modo, têm vogal [-bx], quer no singular quer no plural, aquelas formas cuja vogal tónica é seguida de glide e consoante (cf. *bebedo*[i/u]ro[s]); excetuam-se aqui, como elementos marcados, o sufixo -óico e a forma *dezoito*. Com exceção de *seródio*, todas

<sup>9</sup> Quando a consoante nasal é -n- e m-, há uma tendência para o aparecimento de [o]; no entanto, é possível encontrar palavras como *carbano*, *colono*, *cromo*, com [ɔ]. Observa-se, na verdade que, por regra, "só não há [ɔ] antes da nasal palatal" (Andrade 1994: 53).



as palavras recenseadas que apresentam a vogal tónica seguida de C e [j] / [i] registam [ɔ] em ambas as formas (cf. *ódio[s]*). É também [+bx] (tanto no singular como no plural), a vogal seguida de consoantes [-soant] (sequências que correspondem a "grupos cultos") (veja-se *ortodoxo[s]* ou *cocto[s]*)<sup>10</sup>. Finalmente, revelam comportamento marcado as palavras que terminam em -floro (cf. *bifloro*), -coco (cf. *estreptococo*), -morfo (cf. *amorfo*), -antropo (cf. *misanthropo*).

Quando, nesta outra perspetiva, procuramos relações entre o mecanismo fonológico da alternância e as estruturas morfológicas envolvidas, constatamos que os derivados prefixais e os compostos (caracterizados pela não alteração da posição do acento relativamente à base) tendem a preservar a alternância vocálica que esta(s) exhibe(m). São excecionais os casos em que essa correspondência não se verifica, podendo aí colocar-se a hipótese de tal facto se relacionar com a não perceção da estrutura complexa dos termos. Vejam-se as formas *zarolho*, *caolho*, *ros-tolho* (onde não se regista alternância) (Miranda 2002: 78, nota 7), por oposição a formas como *mira-olho* e *sobrolho* (marcadas pela alternância).

É possível, por outro lado, identificar constituintes sufixais que, sistematicamente, são alvo do processo de alternância ou, ao contrário, o inibem. De entre os poucos sufixos que, depois de associados, criam o contexto fonológico exigido para a alternância, o primeiro é o caso do sufixo adjetival, já referido e muito produtivo, -os(o); o segundo é o caso dos sufixos derivacionais -oc(o) (*passaroco*), -ot(o) (*minhoto*), -orr(o)<sup>11</sup> (*sapatarro*). Já os sufixos -(t)óri(o), -dour(o), -doir(o) e -onh(o), pelos contextos fonológicos que criam (considerados por Andrade na formulação de uma série de regras particulares) apresentam, igualmente, uma mesma vogal nas formas do singular e do plural.

No âmbito da explicação estrutural sincrónica, as análises apresentadas revelam-se descritivamente adequadas, ao interpretarem, por via de um processo fonológico, a não coincidência da vogal tónica do radical nas formas de singular e plural. Na sua formulação fica implícita, no entanto, a atuação de uma variável de natureza morfológica: considera-se que a presença de /s/ (unidade que atualiza o morfema de plural) impede o desenvolvimento da regra, mas observa-se que o mesmo tipo de condicionamento fónico não inibe outros processos fonológicos. Esse é o caso da realização, por [i], de /i/ em posição átona final (*partir* / *parte(s)*). Por outro lado, fica fora do alcance, neste quadro explicativo, a análise dos condicionamentos que levam ao não fechamento da vogal no singular e à marcação dos itens lexicais, ao mesmo tempo que não assumem qualquer relevância casos como o de *forno* / *fornos*, sem motivação etimológica, mas perfeitamente regulares na perspetiva assumida.

## 2.2. A dimensão léxico-morfológica

Em trabalhos de outra natureza (como gramáticas e manuais com claras orientações prescritivas), e ao contrário do que acontece nas fontes até aqui referidas, observamos que é sobretudo o interesse morfológico do mecanismo de alternância que justifica a sua referência e que a orientação de usos se centra na dimensão lexical que aquele assume, optando-se normalmente pela disponibilização de listas, abertas, de vocábulos.

Assim, na *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha e Cintra referem que alguns substantivos<sup>12</sup>, apresentando todos eles uma constrição fonológica que se depreende dos exem-

<sup>10</sup> Este exemplo é referido por Andrade, mas há que notar que no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (doravante referido como DPrib. e do qual consultámos a versão digital, disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/>), para este vocábulo é confirmada a inexistência de alternância, mas o timbre identificado é [o]; a mesma não coincidência se verifica nalguns dos outros casos.

<sup>11</sup> Ficam dúvidas sobre se o comportamento observado nestas formas se poderá relacionar com a sua estrutura fonológica ou com a sua constituição morfológica. Na verdade, uma análise dos nomes e adjetivos em -orro apresentadas no *Dicionário inverso do português* (Andrade 1993: 556) mostra que, com exceção de *socorro* e de *jorro* (palavra para a qual encontramos indicações divergentes), para formas com essa terminação (*aforro*, *cachorro*, *chorro*, *corro*, *gorro*, *morro*, *porro* e *zorro*) não há indicação, nas fontes codificatórias que explicitaremos em 2.5., de alternância vocálica.

<sup>12</sup> No que diz respeito à formação do plural, os adjetivos simples estão, recordam-no os autores (1990: 253), sujeitos às mesmas regras que os nomes; daí se depreende um comportamento idêntico no que à alternância vocálica diz respeito. Outras fontes, a seguir referidas neste trabalho, apresentam à partida esse mecanismo como definidor das duas classes morfossintáticas.

plos (presença, em posição final, da vogal -o), "além de receberem a desinência -s, mudam, no plural, o o fechado [o] para aberto [ɔ]". Uma lista de quarenta vocábulos, introduzida pela formulação "[a]pontam-se os seguintes [substantivos]" (Cunha / Cintra 1990: 184) comprova a situação descrita. No entanto, ao referido conjunto de formas segue-se, imediatamente, a indicação de que "muitos substantivos conservam no plural o o fechado do singular", não se registando, portanto, nesses casos, a referida alternância vocálica; replicando o modo anterior de apresentação, os autores avançam com uma lista, de extensão muito idêntica, de casos de substantivos que, "entre outros, não alteram o timbre da vogal tónica" (Cunha / Cintra 1990: 184). Finalmente, os mesmos autores terminam este subcapítulo do tema "Formação do plural", chamando a atenção para situações de variação, tanto sincrónica como diacronicamente verificável. Antes de mais, destacam o facto de, por vezes, divergirem, na formação destes plurais, as normas cultas de Portugal e do Brasil: segundo eles, enquanto o contraste entre as vogais do radical se faz em Portugal, esse fenómeno não se regista na variedade brasileira; *sogro*, *almoço* e *bolso* são as palavras que exemplificam a descrita situação de variação sincrónica entre as duas normas nacionais. Por outro lado, Cunha e Cintra não deixam de notar a mudança que, ao longo do tempo, afetou alguns substantivos, sendo visível, ainda hoje, noutros casos, uma situação de flutuação entre as duas formas de plural; já neste nível da descrição não são apresentados exemplos.

Do mesmo modo, também Paul Teyssier (cf. *Manual de língua portuguesa*, obra que explicitamente assume um objetivo orientador de usos), havia destacado as modificações da vogal do radical no domínio do estabelecimento de contrastes gramaticais de número (e de género) em nomes e adjetivos. Este autor distingue, no entanto, à partida, e no que diz respeito à marcação de número, duas situações, tratando separadamente o caso dos *Adjetivos e substantivos com alternância vocálica do tipo novo e corpo* e o comportamento dos *Adjetivos e substantivos sem alternância vocálica do tipo gordo e lobo*. Para o primeiro caso, escreve que se trata de "adjetivos e substantivos com um o tónico" e que essa vogal se pronuncia "[o] fechado no masculino singular e [ɔ] aberto nas outras formas". Relativamente à segunda situação, afirma que "outros adj. e subst. com um o tónico não apresentam nenhuma alternância: conservam [o] em todas as formas" (Teyssier 1989: 82-83).

Pertencem à primeira categoria adjetivos (entre os quais, todos os adjetivos em -oso), participios passados e um conjunto de nomes que o autor enumera. Do mesmo modo se elencam formas (participiais, adjetivas e nominais) que não registam alternância vocálica, bem como se indica uma condição fonológica que inibe a situação de alternância, tanto em substantivos como em adjetivos: o aparecimento, depois da vogal tónica, de consoante nasal heterossilábica. Teyssier (1989: 84) refere ainda que a "distribuição entre as duas categorias conhece variantes regionais", apontando, como os autores atrás referidos, o diferente comportamento das variedades nacionais portuguesa e brasileira relativamente ao plural das formas *almoço* e *pescço*; como destacado por Cunha e Cintra, Teyssier refere que estes substantivos apresentam alternância em Portugal, mas, no Brasil, mantém o timbre [o] no plural<sup>13</sup>.

### 2.3. Os contornos da variação

Observamos, então, nas fontes aqui convocadas, duas formas de encarar o mecanismo da alternância vocálica: numa perspectiva morfológica, é o plural que integra um conjunto de marcas próprias para veicular esse valor gramatical, assim se afastando segmentalmente da forma do singular<sup>14</sup>; numa perspectiva fonológica, realça-se a estabilidade do radical, considerando que são os condicionamentos fónicos a que o segmento vocálico tónico se encontra sujeito no sin-

<sup>13</sup> Acrescente-se que, em trabalho mais recente centrado na descrição do português falado, Neves (2011: 166) confirma a estabilidade da vogal do radical no Brasil nas formas *almoço*, *bolso* e *pescço* referidas nas obras de Cunha e Cintra e de Teyssier.

<sup>14</sup> O mesmo tipo de abordagem da questão é o que encontramos em Vilela (1995: 153), já que aí se refere a existência de um fenómeno atuante na formação do plural que consiste na alteração (para [ɔ]) da vogal [o] do singular. Também Morais Barbosa (1994: 212) considera que existe um conjunto de unidades que, quando determinadas pelo "plural" (significante /S/), apresentam um /o/ na sílaba acentuada, e que, na ausência dessa condição morfofonológica, apresentam um /o/ em posição tónica. Ilustra o fenómeno uma lista de cinquenta e seis vocábulos, aos quais, segundo o autor, se acrescentarão "eventualmente mais alguns". Por outro lado, também Morais Barbosa destaca, por um lado, o facto de a alternância de

gular que justificam a não coincidência de atualizações. Note-se que, embora insira a questão no domínio morfológico da flexão, Teyssier não deixa de descrever a alternância numa perspetiva também fonológica, referindo a coexistência de duas formas de atualização da mesma unidade, o.

Enquanto as obras de Cunha e Cintra e de Teyssier salientam as diferenças que separam as normas portuguesa e brasileira e Morais Barbosa assinala variação individual, trabalhos centrados na questão da variação do português em território peninsular mostram que a coexistência e distribuição de variantes é bem mais complexa, observando-se especificidades locais relativas não só ao mecanismo de alternância, mas também à natureza do timbre da vogal tónica do singular. Note-se que a flutuação de timbre (indício e consequência da baixa produtividade da oposição entre as duas unidades de cada série) que, nalguns casos, e como já referido, atinge as vogais médias é notada desde há séculos. Monte Carmelo (1767: 82), por exemplo, referia como um dos vícios a contrariar as *trocas* que afetavam a pronúncia de E e O e escrevia: "Alguns interamnenses, transmontanos, e beirenses, que confinam com aqueles, confundem os acentos circunflexo e agudo, que nas letras E e O, costuma fazer o nosso Idiotismo".

No âmbito da análise do vocalismo em posição átona final, Maia (1986: 385-387) afirma que em parte das variedades dialetais de Entre-Douro-e-Minho, e sobretudo das que correspondem ao distrito de Viana do Castelo, se regista a inexistência quase generalizada de fechamento do timbre da vogal na forma de singular. A autora acrescenta ainda que o mesmo fenómeno se regista também, embora não formando, nesse caso, uma área compacta, nalguns pontos dos distritos de Braga e Porto e completa os seus dados com os apresentados por Clementina Duarte. No trabalho *Alguns aspectos geográficos da dialectologia portuguesa. Isófonas e isoglossas*, de 1950, esta autora indicava que "a área do fenómeno (...) abarcava então todo o distrito de Viana do Castelo, todo o distrito de Vila Real, todo o distrito de Bragança, o NE do distrito de Viseu (...), toda a zona setentrional do distrito da Guarda" (Duarte, *apud* Maia 1986: 385, n. 3). Note-se que já Cavacas (1920: 162) salientara que o "timbre das vogais nas mesmas palavras não é o mesmo em todas as regiões de Portugal" e que, a par da realização "que caracteriza o padrão médio da língua portuguesa, há outras diferentes próprias das falas de certas regiões". Para o comprovar, recorre a informações fornecidas por estudiosos como Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos e José Joaquim Nunes, que descrevem, além de casos de hesitação e flutuação, "desvios" de natureza diversa: situações de alternância vocálica por abertura da vogal do plural (*gosto* / *g[ɔ]stos*) e não registo de alternância vocálica por não fechamento da vogal do singular (*[ɔ]vo* / *ovos*) ou por não abertura da vogal do plural (*poço* / *p[o]ços*).

Em trabalho com uma assumida orientação histórica, Cavacas (1920: 149) indica como sujeitas a hesitação as palavras *acordo*, *adorno*, *bolso*, *conforto*, *contorno*, *despojo*, *escolho*, *esposo*, *estolho*, *folho*, *logro*, *poço*, *socorro*, *tijolo*, *torno*, *tremoço*, *troco*<sup>15</sup>. Afirma, no entanto que, para alguns desses casos, as formas sem alternância são já antiquadas, dando portanto a indicação de que a mudança linguística se orienta para a expansão do mecanismo da alternância.

Também Nunes (1956: 229) se refere a processos de mudança que, na história da língua portuguesa, se orientaram para esse exato resultado, embora preservando-se, na linguagem popular, as formas mais antigas. Escreve este autor: "até ao fim do séc. XVIII, como ainda em geral hoje se dá no povo, conservavam no plural o o fechado do singular, dizendo-se *pôços*, *ôssos*, *ôvos*, *corpos*, *canhotos* [sic], *tortos*, etc.". Acrescenta, no entanto, que conservam a "antiga pronúncia", entre outros nomes, *aborto*, *arrocho*, *caboco*, *canhoto*, *cebolo*, *estojo*, *folgo*, *folho*, *garoto*, *gosto*, *jorro*, *molho*, *pescoço*, *xarroco* (ou *enxarroco*). Confirmando a variabilidade a que mesmo as formas com alguma estabilidade estão sujeitas, Nunes adverte ainda que "neste ponto encontram-se variedades, proferindo-se numas partes o o fechado, noutras aberto".

timbres em causa não afetar todos os itens lexicais que reúnem as condições morfofonológicas para tal, indicando alguns casos que, na sua opinião, o comprovam, e, por outro, a existência de variação individual.

<sup>15</sup> Note-se que, como o autor indica, estas formas são extraídas da obra de Cornu, surgida no final do séc. XIX. Por outro lado, não há qualquer indicação sobre a diferença semântica entre as duas formas do plural de *esposo*.



## 2.4. Alternância vocálica: aspetos fundamentais

Abstraindo dos pormenores valorizados em cada caso, os diferentes trabalhos que aqui foram convocados permitem-nos extrair um conjunto de ideias fundamentais:

- i. a alternância vocálica corresponde a um mecanismo fonológica e morfologicamente condicionado, já que só em lexemas cuja forma do masculino singular contenha [o] em posição tónica esse processo se pode registar, pelo que a natureza e direção da alternância será sempre a mesma. Assim se explica que, como Andrade (1994: 55, n. 11) refere, se registem, para o singular, usos de [o] quando os instrumentos codificatórios indicam [ɔ] (*iodo* representará um exemplo desse tipo);
- ii. a alternância vocálica corresponde a um mecanismo com interesse funcional e, por isso, é tendencialmente produtivo (corresponde, em sincronia, a um mecanismo "ativo" [Miranda 2002: 70]). Segundo Andrade (1994: 55, n. 11), pode provar a "realidade psicológica" da regra de elevação que atua no singular o comportamento de certos locutores que, perante palavras desconhecidas ou pouco frequentes, optam muitas vezes pela ativação do mecanismo da alternância; aponta no mesmo sentido o facto de palavras anteriormente com [o] em ambas as formas apresentarem hoje plurais com [ɔ] (esse será o caso de *acordo* e *adorno*). Factos desta natureza mostram que, para o singular com [o], o falante postula a existência (hipótese) de um plural com [ɔ] e poderão indiciar que situações de flutuação tenderão a resolver-se no sentido da generalização da alternância;
- iii. esse mecanismo não é sistemático, já que à sua atuação se subtraem algumas formas, definindo-se, assim, um conjunto de "exceções" ou de comportamentos "marcados"; do ponto de vista sincrónico, e abstraindo dos casos em que é possível identificar regras particulares, o comportamento dos itens lexicais é marcado ou idiossincrático, criando-se as condições para alguma insegurança nos usos;
- iv. na sequência da constatação de que nenhuma indicação pode ser avançada sobre o modo de repartição sistematizada do léxico pelas três categorias ou situações descritas por Andrade, as palavras a incluir nas duas primeiras (relativas às formas com [o] no singular) é dificilmente inventariável. Evidencia-o a apresentação, nas fontes consultadas, de listas abertas e não coincidentes de vocábulos que ilustram, quer a situação de alternância, quer o seu contrário, isto é, a estabilidade da vogal do radical;
- v. diferentes variedades exibem, em determinados casos, comportamentos não coincidentes e a instabilidade e a flutuação observam-se mesmo quando se considera uma única variedade nacional do português;
- vi. confrontamo-nos com uma área que se afigura substancialmente vulnerável a situações de variação, expectavelmente regulamentada por instrumentos codificatórios como as gramáticas e os dicionários.

## 2.5. A dimensão ortoépica e os materiais codificatórios

Podemos, portanto, destacar aqui que o valor morfológico da distinção entre os timbres vocálicos das formas de singular e de plural não é suficiente nem para a sistematizar nem para a estabilizar.

Assim se configura uma outra questão, a ortoépica, e, por isso, alguns materiais lexicográficos incorporam no conjunto dos dados a fornecer sobre o lema que apresente [o] no singular informações relativas ao timbre da vogal tónica no plural. Nalguns casos, opta-se por incluir apenas a indicação dos plurais com alternância (esse é o procedimento adotado no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia de Ciências de Lisboa —doravante referido como DACad.— e do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* —doravante referido como DHou.)<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Na "Introdução à versão portuguesa" do DHou., Malaca Casteleiro (2005: XXI) escreve que foi necessário marcar "o plural e respectiva ortoépia quando há alternância vocálica em relação à correspondente forma do singular". Do mesmo modo, no DACad. (Casteleiro 2001: XVIII), indica-se que se oferece a transcrição fonética dos "plurais em que há alternância vocálica". Naturalmente, num caso e noutro, a ausência de qualquer explicitação indicará a inexistência da alteração de timbre vocálico no plural, mas obriga a algumas cautelas no aproveitamento dos dados.

No DPrib. é indicado o timbre da vogal do plural em todos os nomes e adjetivos que apresentem [o] tónico no singular. Já na versão digital do *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora (doravante referido como DPed.) são indicados os timbres dos plurais (em [o] ou em [ɔ]) de grande parte dos lemas, excluindo-se, no entanto, os casos em que a natureza da vogal é previsível, em função das características fonológicas ou morfológicas do vocábulo<sup>17</sup>.

Se confrontarmos as duas listas de palavras apresentadas em Cunha e Cintra e as informações fornecidas nas fontes lexicográficas referidas sobre cada uma delas, constatamos que, na maior parte dos casos, se regista total concordância, no que à natureza da vogal do plural diz respeito. Estão nessas condições 57 nomes, a saber: *abrolho, acordo, adorno, bojo, bolo, cachorro, caroço, coco, colmo, corcovo, corno, coro, corpo, corvo, despojo, destroço, dorso, encosto, engodo, escolho, esforço, ferrolho, fogo, fosso, golfo, gosto, imposto, lobo, logro, moço, molho, mosto, namoro, osso, ovo, piloto, piolho, poço, poldro, porco, porto, posto, potro, reboco, reforço, renovo, repolho, rolo, rosto, sobrolho, sopro, suborno, tijolo, tojo, topo, troço*.

As situações de não coincidência, embora quantitativamente pouco expressivas, indiciam a natureza problemática do mecanismo de alternância e a situação de variação que o acompanha. Coloca-se aqui, aliás, a questão da dissociação que, nalguns casos, se regista entre formas e estruturas propostas pelos instrumentos codificatórios e os dados recolhidos da observação dos usos. Considere-se, entre outros aspetos, que o facto de obras deste tipo funcionarem, frequentemente, como fonte de trabalhos posteriores da mesma natureza pode condicionar a perceção e o registo de algumas mudanças em curso. É emblemático, neste plano, o contraste entre o consenso registado nas nossas fontes a propósito dos plurais de *acordo* e *adorno* (sem alternância vocálica) e o uso frequente das formas com vogal baixa no plural referido por Andrade (1994: 55, n. 11) e experienciado quotidianamente pelos falantes / ouvintes do português europeu.

As palavras relativamente às quais há divergências no conjunto das fontes aqui consideradas são: *contorno, estojo, estorvo, globo, jogo, miolo, olho, polvo, povo, restolho, rogo, socorro, toco, tordo, torno e troco*.

Encontramos, no entanto, aí, situações diversas:

- i. no caso de *contorno*, o DACad., o DPrib. e o DHou. (versão portuguesa) indicam a existência de alternância vocálica, indo ao encontro da descrição de Cunha e Cintra; já o DPed. aponta uma situação de variação e o DHou. (versão brasileira) não fornece indicação ortoépica, daí se depreendendo a não alteração do timbre relativamente ao singular;
- ii. para a palavra *estojo*, aponta-se alternância no DACad., no DPrib. e na versão portuguesa do DHou., mas não em Cunha / Cintra nem no DPed. e na versão brasileira do DHou.<sup>18</sup>;
- iii. no caso de *estorvo*, todas as fontes lexicográficas consideradas divergem do que se encontra em Cunha e Cintra: no DACad., no DPrib. e no DPed. é indicada a inexistência de alternância e no DHou. assinala-se uma situação de flutuação;
- iv. também para *globo*, o DHou. (versão brasileira) assinala variação, não coincidindo com o registado em Cunha e Cintra e nas restantes fontes, nas quais o plural apresentado para esta palavra contém vogal [ɔ];
- v. em *polvo* encontramos novamente explicitação de divergências: Cunha e Cintra colocam a palavra na lista das que não têm alternância e o DPed., bem como o DHou., procedem de igual modo; já o DACad. e o DPrib. indicam alternância;
- vi. para *restolho* surge mais uma diferença a separar as variantes portuguesa e brasileira, pois só na versão brasileira do DHou. se indica alternância<sup>19</sup>.
- vii. em *toco* temos novamente considerável divergência entre as fontes: indica-se alternância em Cunha e Cintra, no DPedit. e no DHou. (versão portuguesa) mas o mesmo não

<sup>17</sup> Surgem, no entanto, alguns casos em que estas condições não se cumprem. Nos regressivos deverbais, por exemplo, não é claro o critério seguido: temos casos identificados de alternância (por ex., *despojo*), de não alternância (p. ex. *acordo*) e casos em que nenhuma indicação é fornecida (por ex., *conforto*).

<sup>18</sup> Ao contrário dos outros casos pesquisados, para esta palavra há indicação explícita de [o] como vogal do plural.

<sup>19</sup> Esse facto levou-nos a recorrer pontualmente a outras fontes, pelo que consultámos o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* — doravante referido como DAur.—, obra onde se adota um procedimento semelhante ao encontrado no DACad. e no DHou. Também aí há indicação de alternância vocálica para esta palavra.

acontece no DACad. e no DPrib.; por outro lado, a versão brasileira do DHou. regista uma situação de variação;

- viii. para *tordo*, *torno* e *troco*, temos indicação de alternância em Cunha / Cintra, no DPedit., no DACad. e no DPrib. No entanto, para a primeira palavra, não surge informação no DHou (o mesmo acontece no DAur.), que indica oscilação para as outras duas (no DAur. encontramos, para *troco*, a indicação de alternância e, para *torno*, depreende-se a inexistência de alteração vocálica).

Situações difíceis de interpretar são as que dizem respeito a *jogo*, *miolo*, *olho*, *povo*, *rogo* e *socorro*, para cujos plurais a quase totalidade das fontes indica vogal [o], não se encontrando, no entanto, informação no DACad. (casos de *miolo*, *povo* e *socorro*) ou no DHou. (casos de *jogo*, *olho* e *rogo*). Como notado atrás, a não explicitação de informação, em situações como estas, obriga a algumas cautelas no momento de interpretar os dados e o recurso a outras fontes confirma essa necessidade: no DAur. indica-se alternância para *jogo* e para *rogo*, mas não se explicita a forma de plural para *olho*; já Neves (2011) inclui ambas as palavras no grupo das que exibem alternância.

### 3. A DIMENSÃO HISTÓRICA

O confronto dos sistemas vocálicos do latim e do português permite-nos reconstituir processos evolutivos e dar conta de um conjunto de correspondências regulares entre os dois grupos de unidades. Assim, em posição acentuada, a vogal /o/ do português corresponde às unidades latinas /ō/ ou /ū/, enquanto a vogal /ɔ/ resulta da evolução de /ō/; já /u/ resulta de /ū/ latino. Na série anterior, encontramos correspondências simétricas entre as unidades dos dois sistemas: /i/ tem como resultado /i/, em português; /e/ tem na sua origem as vogais latinas /ē/ e /ī/; o segmento fonológico /ɛ/ é o resultado regular de /ē/. Finalmente, /ã/ e /ä/ convergem num mesmo resultado, /a/ (Silva 2008: 489).

A estas correspondências subtraem-se, no entanto, as unidades vocálicas de muitas unidades lexicais cuja evolução foi condicionada por fenómenos fonético-fonológicos e analógicos. Entre os primeiros, destaca-se, pelo seu profundo impacto na estrutura fónica das línguas, a assimilação. Na história do português, este fenómeno afeta tanto unidades consonânticas como unidades vocálicas; no caso destas últimas, as transformações registadas afetam o grau de abertura e / ou a localização das unidades envolvidas e são induzidas por um conjunto diversificado de segmentos.

Explicam-se exatamente por pressão assimilatória exercida pela vogal da sílaba final mudanças que afetam a unidade vocálica da sílaba tónica e que se traduzem em alterações dos traços de altura desta unidade: quando o elemento indutor é -a, a vogal tónica sofre um processo de abaixamento ou abertura (ISTA > esta)<sup>20</sup>; se a vogal final é fechada ou [+alt] ([u] ou [i]) a mudança dá-se no sentido da elevação, alterando o valor dos traços [bx] e / ou [alt] (FĒCĪ > fiz; MĒTU > medo)<sup>21</sup>. A metafonía consubstancia, assim, um tipo de harmonia vocálica que é antecipatória e unidirecional, no caso em estudo operando sobre um domínio fonológico particular, a palavra (Hyman 2013: 17; Mailhot, 2013: 248).

Como vemos pelos exemplos selecionados, os elementos afetados por este tipo de assimilação integram diferentes classes gramaticais, confirmando-se assim a natureza fonológica do fenómeno em análise. No entanto, e ao contrário do que se regista com fenómenos assimilatórios induzidos por elementos pertencentes ao radical<sup>22</sup>, as consequências da assimilação produzida

<sup>20</sup> Os étimos que, a partir daqui, se apresentam correspondem aos encontrados em Williams (1961), Nunes (1956) e no DHou.

<sup>21</sup> Autores como Williams (1961: 106) reservam para o fenómeno assimilatório exercido por uma vogal final sobre a vogal tónica (que, embora não exclusivo dessa língua, assumiu uma forte expressividade no português) a designação de metafonía (Umlaut). Outros estudiosos dão a esse termo uma aceção mais lata. Lopporcaro (2011: 120), por exemplo, descreve a metafonía como um processo que implica "a change in the stressed vowel (fronting, raising or diphthongization) before a final (or also, in some varieties, word-internal) high vowel (i. e., the outcomes of Lat. -Ī -Ū) or only before a front high vowel (Lat. -Ī) (possibly also before a palatal glide /j/)". Por outro lado, o termo é, muitas vezes, usado para referir as situações de alternância vocálica, independentemente do fenómeno histórico que lhes subjaz.

<sup>22</sup> São várias as unidades que, em posição interior, são responsáveis por processos assimilatórios que conduzem à transformação (fechamento) de vogais. Realce-se, a esse propósito, o efeito da presença da (semi)vogal *i* postónica, atestado por um considerável número de formas (cf. TEPIDU > túbio; VINDEMIA > vindima; SUPĒRBIA > soberba).

por unidades finais de tipo flexional ou categorial não se limitam ao plano fónico e ganham dimensão gramatical, pois nem todas as formas de um paradigma, morfologicamente diferenciadas, reunirão as condições fonológicas para o desencadeamento do processo. Criam-se, assim, contrastes segmentais que se associam a distinções de tipo gramatical.

Em português, esses efeitos são particularmente relevantes no domínio do nome e do adjetivo, categorias em que o fenómeno assimilatório que conduz ao fechamento do resultado de /ô/ em posição tónica nas formas do masculino singular regista uma certa regularidade e tem repercussões gramaticais "sistemáticas" (Cavacas 1920: 145-146); na verdade, o facto de a vogal tónica do plural não ter sido sujeita a essa alteração e ter conservado o timbre etimológico ([ɔ])<sup>23</sup> faz com que a marcação flexional da oposição de número se associe um contraste de qualidade, no que se refere ao timbre da vogal tónica ([o] / [ɔ]).

Williams (1961: 106), aliás, estabelece uma relação de causa-efeito entre as duas dimensões do fenómeno; escreve este autor que, em português, "a metafonía não é um fenómeno fonológico independente; está indissolúvelmente associado com a flexão. Parece ter ocorrido principalmente onde a discriminação ou diferenciação flexional acrescida parecia ser sentida como necessária"<sup>24</sup>. Atribui-lhe, por isso, a função de "suplementar flexão já existente", considerando que tal interpretação é sustentada pelo facto de não se ter registado metafonía em palavras invariáveis como *logo* (<LŌCO) e de, frequentemente, esse fenómeno não ter ocorrido nos casos em que não havia risco de ambiguidade, "e.g., *dó* (de *dŏlum* [...]), mas *avô* (de *auŏlum*), por causa de *avó*".

O interesse morfológico assumido pela distinção fónica [o] / [ɔ] cria, então, condições para que diferentes processos de tipo analógico venham perturbar as primitivas correspondências e para que o mecanismo da alternância vocálica se estenda a formas em que não se reuniam as condições fónicas que originalmente desencadeiam o processo. É por essa razão que Williams (1961: 106) considera a metafonía "a menos consistente das modificações fonológicas portuguesas e a que sofre mais interferência de outras forças, particularmente da analogia", cuja ação perdurou muito mais do que a da força assimilatória<sup>25</sup>.

Surgem, então, casos em que, por analogia com os pares do tipo *novo* (<NŌUU) / *novos* (e sem motivação fonológica, portanto), o contraste de timbre resulta da abertura, no plural, de uma vogal procedente de Ō ou Ū latinos; vejam-se os adjetivos em -oso (<-ŌSU) e as formas *forno(s)* (<FŪRNU), *miolo(s)* (<\*MEDŪLLU), *morno(s)* (<\*MŪRNU), *poço(s)* (<PŪTEU) e *tordo(s)* (<TŪRDU). Nestes casos, é o singular que preserva o timbre etimológico, daí resultando uma alternância vocálica semelhante à que encontramos nas formas em que ocorre o fechamento assimilatório no singular.

Não se trata, no entanto, de uma expansão sistemática, pois não atinge formas como *lobo* (<LŪPU) e *lodo* (<LŪTU) nem afeta a maior parte dos adjetivos (cf. *roto* <RUPTU ou *fosco* <FUSCU) (Williams 1961: 127), conservando-se o timbre etimológico e não se criando qualquer distinção de natureza não flexional entre o singular e o plural. Também Cavacas (1920: 147-148) nota que muitos substantivos em cujo étimo surge Ū ou Ō não sofreram a ação da analogia (orientada, neste caso, para a abertura da vogal do plural), pelo que a vogal tónica não muda de timbre. Apresenta os casos de: *bodo*, *bolbo*, *ferrolho*, *gosto*, *lobo*, *lodo*, *logro* [sic], *moço*, *mosto*, *raposo*, *rosto*, *sobro*, *colmo*, *piolho*, *poldro*, *potro* e *rodo* e acrescenta que muitos substantivos deverbais escapam à alternância vocálica (casos de *sorvo*, *esboço*, *consolo*, *esgoto*, *soldo*, *suborno*). Por outro lado, mostra que, enquanto os adjetivos que derivam de étimos com Ō apresentam um comportamento paralelo ao reconhecido nos substantivos com o mesmo tipo de condicionamento

<sup>23</sup> Tal facto indicia que o condicionamento fónico não seria idêntico nas formas do singular e do plural no momento em que a mudança fónica se desenvolveu; registar-se-ia, então, uma diferenciação (posteriormente neutralizada) entre [u] e [o] em posição átona final, como resultado da evolução de /ū/ e /ō/, respetivamente; só isso poderá explicar a preservação do timbre etimológico no plural. Sobre os diferentes resultados daquelas unidades latinas em território galego-português, cf. Maia (1986: 414-416). Sobre outra interpretação do condicionamento fonológico do fenómeno, sugerida pelos dados do galego, cf. Álvarez Blanco (1988: 151-152).

<sup>24</sup> Embora aqui estejam em causa a flexão de número e a marcação de género gramatical, há também casos, pontuais, em que a alternância vocálica de origem metafónica assegura, por si só, a distinção de valores número-pessoais (cf. *fiz* / *fez*).

<sup>25</sup> Também Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1930: 19) salienta que, no início simplesmente fisiológica, material, inconsciente, a metafonía passa a ser utilizada pelos falantes para "fins espirituais", constituindo "uma especie de flexão interna" e assumindo valores funcionais, gramaticais.



etimológico, nos adjetivos com Õ ou Û distinguem-se os derivados em -ÔSU/A, que apresentam alternância vocálica analógica, e os restantes, não derivados, que se subtraem à força da analogia (Cavacas 1920: 151-153).

Noutros casos, este mesmo resultado resulta da expansão, ao plural, do timbre metafonicizado do singular, assim se regularizando a forma fonética do radical: é o que acontece com as formas derivadas em -oto (< -ÔTTU) (cf. *perdigoto*[s]).

Pela força da analogia se pode também anular a atuação de um processo assimilatório induzido por um elemento interior, cujo resultado permanece, então, visível apenas numa das formas do paradigma. Isso é o que podemos observar em *olho*(s) (<ÔCULU), já que o timbre [o] do singular se explica pela influência da consoante palatal e esse condicionamento se mantém, obviamente, no plural (cf. Williams 1961: 127 e Nunes 1956: 50). A alternância que aí encontramos explicar-se-á, então, pela relação analógica que o falante estabelece com pares como *p[o]rco* (< PÖRCU) / *p[ɔ]rcos*.

A analogia atua, por outro lado, expandindo o mecanismo da alternância vocálica sobre léxico de origem não latina (casos de *troco*, *forro*, *tremoço*) e sobre vocábulos de introdução ou formação mais recente, já portuguesa, como os deverbais *rogo*, *esforço*, *reforço*, *renovo*, cuja vogal tónica etimológica é Õ (Cavacas 1920: 147).

Uma análise mais larga do funcionamento dos mecanismos em análise realça a sua complexidade: não obstante a circunscrição feita no âmbito deste trabalho, é relevante referir o facto de a pressão analógica registada nos casos em que a vogal etimológica era [ɛ] se ter exercido regularmente no sentido da uniformização do radical. Na verdade, a vogal inflexionada pelo condicionamento criado na forma do masculino singular encontra-se regularmente também na forma do plural e, no caso dos adjetivos, nas formas do feminino (LAETU > l[e]do(s); LAETA > l[e]da(s)). Constatamos, em suma, no funcionamento dos processos metafónicos do português, um tratamento divergente em função da natureza da vogal envolvida: quando a unidade vocálica é velar, estabelecem-se correlações com os valores de número e só secundariamente (e sobretudo em adjetivos) de género; se a vogal tónica é palatal, a relação de género (e no domínio exclusivo dos nomes) é a única ativada (Álvarez Blanco 1988: 153). Os condicionamentos morfológicos (mais do que lexicais e não lineares) parecem, assim, sobrepor-se aos fonológicos.

O que a história do português nos permite observar é, então, a não atuação sistemática, por um lado, do fenómeno fonético de assimilação, que se desenvolve num determinado contexto temporal e ao qual muitas formas, também por isso, se subtraíram e, por outro, do fenómeno psicológico da extensão analógica que, por seu turno, se orienta, por vezes, para outras regularizações. Daí resulta, portanto, a complexidade revelada em sincronia que leva Cavacas (1920: 149) a escrever que se torna difícil "apresentar uma lista completa dos nomes, que têm alternativa vocálica" e a acrescentar que as formas em concorrência são igualmente justificáveis e que há "casos em igualdade de circunstâncias que não experimentam essa hesitação". Assim, a analogia justifica *f[ɔ]rnos* (que, segundo o autor, coexiste, na sua sincronia, com a forma etimológica *f[o]rnos*), mas para *lobos* não se regista qualquer efeito da analogia, não havendo qualquer registo da variante *l[ɔ]bos*. Detetam-se, então, preferências, mas, segundo este autor (1920: 150), só o desaparecimento, no uso dos falantes, de uma das alternativas justificará a condenação da preterida.

Uma análise dos primeiros textos codificatórios (gramaticais / ortográficos) sobre o português mostra-nos que o pormenor fónico-morfológico que está em questão neste trabalho é objeto de referência desde muito cedo, sendo Duarte Nunes de Leão (1576), o primeiro autor a fornecer informação organizada e relevante sobre o assunto (cf. Cavacas 1920: 156). Constatamos, da sua leitura, que a situação *estrutural* é, na essência, aquela que encontramos na atualidade, já que Leão i) assinala a existência do contraste de timbre a distinguir singular e plural (as palavras *fogo*, *forno*, *osso*, *olho*, *povo*, *porco* e *tojo* servem de exemplo); ii) nota que essa alternância não é sistemática e que, por vezes, tal facto decorre de constrições fonológicas (presença, em final de sílaba ou na sílaba seguinte, de um elemento consonântico nasal [*pombo*, *dono*] e vizinhança da semivogal *u* [*couro*]); iii) observa ainda que, nalguns casos, a forma de plural apresenta o *acento indiferente* (a palavra é representada com acento agudo ou circunflexo), isto é, está sujeita a flutuação (casos de *poço*, *torto*, *novo*, *osso*, *povo*); iv) finalmente, acrescenta que há palavras que apresentam [ɔ] tanto na forma do plural como na forma do singular (cf. *copo*, *modo*, etc.).



A análise dos exemplos que vão sendo apresentados por este autor (Leão 1576: 16-17) e o seu confronto com as realizações da atualidade deixam-nos perceber quer a instabilidade e a complexidade associada ao mecanismo da alternância, quer a existência de diferentes rumos de mudança e de ritmos de estabilização.

Por um lado, parece-nos sintomático dos problemas associados ao domínio do uso o facto de encontrarmos, nos casos em que Leão (1576: 16.v.) refere haver, no plural, *acento indiferente*, palavras antes utilizadas para ilustrar a alternância entre as formas do singular e plural (*osso* e *povo*).

Por outro lado, observamos que se mantêm no presente situações já (?) estabilizadas no século XVI e quer no que diz respeito à difusão da alternância metafónica (por exemplo, *fogo* e *porco*) e à difusão da alternância analógica (por exemplo, *forno* e *olho*), quer no que se refere à invariabilidade do radical nas formas do singular e do plural (por exemplo, *bolo* e *gordo*). Encontramos, no entanto, casos em que a situação descrita por Leão não coincide com a registada na atualidade, uma vez que a não alternância por ele assinalada deu lugar à situação inversa. Esse é o caso dos adjetivos em -oso (relativamente aos quais recolhemos, no entanto, em Fernão de Oliveira (1536: 91) indicação de contraste de timbre, mais uma vez sugerindo uma situação de mudança em curso), bem como de *coro* ou *troco* (cf. Cavacas 1920: 157). Frisemos ainda que as palavras com que Leão ilustra a variação no plural exemplificam, recorrentemente, nas fontes atuais, a alternância vocálica, confirmando que a situação de coexistência de variantes se resolveu a favor da estabilização desse mecanismo; os três substantivos encontram-se na lista apresentada por Cunha / Cintra e todas as formas enumeradas por Leão surgem, igualmente, no grupo de exemplos selecionados por Teyssier.

#### 4. A QUESTÃO NO ESPAÇO ROMÂNICO

Como já adiantámos, os mecanismos históricos e sincrónicos que aqui estão em causa replicam-se noutros pontos da România. Assim, registam-se processos metafónicos na Itália e, na Península Ibérica, além de Portugal, o fenómeno marca igualmente regiões das Astúrias, da Cantábria e da Galiza (Penny 2009: 118-122)<sup>26</sup>. Por outro lado, também nesses outros espaços linguísticos se vão constituir mecanismos de alternância vocálica que colaboram com os processos sufixais, na marcação de valores gramaticais. Assim, em Itália, na Galiza, nas Astúrias e na Cantábria é igualmente possível estabelecer-se uma correlação com os valores de género e o mesmo acontece (agora excetuando-se a metafonía galega e de dialetos italianos) com os valores de número<sup>27</sup>. No entanto, só no português a variedade *standard* integra, com a regularidade e estabilidade que atrás se comentaram, os resultados de processos metafónicos.

Da análise da situação na Península Ibérica, realça-se o facto de, na Galiza, o fenómeno ocorrer sobretudo no (sud) oeste, não permitindo, portanto, estabelecer uma continuidade territorial com a metafonía asturiana, e nem sempre documentando uma unidade histórica galego-portuguesa. Por outro lado, como observamos para o português, a metafonía galega é lexicalmente restrita (não afetando uniformemente os nomes e adjetivos que reúnem idênticas condições sintagmáticas) e não parece obedecer a motivações semânticas; no entanto, não coincidem as palavras que, em português e em galego, são afetadas pelo fechamento da vogal do radical. Outra afinidade com o que se observa no português (por oposição ao registado nas Astúrias e na Cantábria) é o facto de também nas variedades galegas do sudoeste se registarem casos de abaixamento de vogal tónica em nomes terminados em -a. Os exemplos não são numerosos e mostram-nos, mais uma vez, resultados não convergentes com o português no processo de seleção dos itens afetados (Álvarez Blanco 1988).

<sup>26</sup> No trabalho consultado, o autor sintetiza os aspetos essenciais que aproximam e singularizam as diferentes áreas.

<sup>27</sup> Assim, a metafonía galega não funciona como marcador de contraste de número já que, ao contrário do que se regista nas outras unidades idiomáticas e, concretamente, no português, a elevação das vogais afeta do mesmo modo a forma do singular e a forma do plural. Neste facto se apoia, aliás, a hipótese de o processo assimilatório se poder atribuir não a [u], mas a [o] (timbre da vogal átona final no galego). Além dos traços morfológicos que se associam ao mecanismo fonológico em causa, Penny (2009: 119-120) refere ainda a existência de contrastes semânticos vinculados pela alternância vocálica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO

O mecanismo sincrónico da alternância [o] / [ɔ] que, em português, corresponde a uma situação de alomorfia do radical e acompanha a flexão de número num conjunto de substantivos e adjetivos, tem, como é notado pelos historiadores da língua, uma motivação histórica. Na verdade, são pressões assimilatórias exercidas sobre a vogal tónica do singular, mas inexistentes no plural, no momento de desencadeamento daquela mudança fónica, que justificam a existência de tal mecanismo. Embora a sua não tradução na escrita torne difícil datá-lo com precisão, tudo indica que o fenómeno de fechamento do timbre da vogal proveniente de *Ō* latino será anterior ao séc. XIII e que, pela diferente configuração que o sistema vocálico em posição átona final aí apresentaria, não terá originalmente ocorrido no território correspondente à atual província do Minho (Maia 1986: 416, 420); tal facto estará na base do comportamento (tendencialmente conservador) atrás referido para essa área. Observa-se, então, que ganham fundamentação histórica as análises fonológicas sincrónicas do mecanismo da alternância vocálica, que postulam a atuação, no singular, de uma regra de elevação sobre o segmento /ɔ/.

O valor gramatical que, nestas circunstâncias, fica associado ao contraste de timbre e a assimetria assim introduzida na estrutura fonológica do radical levam a que substantivos e adjetivos com vogal posterior média em sílaba tónica e terminados em -o fiquem particularmente vulneráveis à ação de distintos processos analógicos; o mecanismo da alternância vocálica revela-se "produtivo" em sincronia e, embora dependente de um conjunto de condições segmentais, implica a ativação de uma regra que considera dados morfológicos, concretamente, a existência de oposição entre -ø e -s, morfema de plural. Aplicando o modelo da Fonologia Lexical, podemos considerá-la, por isso, uma regra lexical.

A analogia é um processo cognitivo geral que resulta do facto de a mente humana ser um "inveterate pattern-seeker" (Blevins / Blevins: 1). Assenta, como é sabido, no reconhecimento de similaridades e diferenças entre *objetos* percebidos e terá tanto mais impacto quanto mais numerosos forem os aspetos através dos quais esses *objetos* são equiparáveis: "In the cognitive psychology literature, it has been argued that the validity or strength of an analogy is partly determined by the number of distinct points at which one domain or entity can be aligned with another". Assim, numa perspetiva linguística, "the more shared features of different types a set of words has, the more likely the set will be used as the basis of analogical modelling" (Blevins / Blevins. 2009: 5-6). São, em suma, necessárias determinadas condições (Herman Paul fala de concordâncias formais e materiais [cf. Lahiri 2000: 6]) para que o falante estabeleça relações de proporcionalidade que envolvam padrões definidos e novas unidades ou estruturas. Daí a frequência com que, também na história da língua portuguesa, observamos fenómenos de regularização de paradigmas por via da analogia. No caso da alternância vocálica exibida por nomes e adjetivos em português, estamos perante uma situação em que um conjunto de formas partilha várias características, tornando-se por isso mais fácil o desencadeamento de processos analógicos: além das semelhanças categoriais, há semelhanças na estrutura morfológica (radical seguido de índice temático -o) e no paradigma flexional (o valor de plural resulta da associação de -s à forma de singular); registam-se ainda semelhanças fonológicas segmentais e prosódicas: a sílaba tónica da forma do singular tem no seu núcleo a vogal [o] e em posição final surge a vogal [u].

Há, no entanto, que notar também que a organização das afinidades e dissemelhanças percebidas pelo falante e a sua organização em esquemas complexos a que novas estruturas ou entidades se podem subordinar é extremamente variável (Blevins / Blevins 2009: 2-3), pelo que pode variar o sentido em que a analogia se processa. No caso em estudo, vemos a analogia expandir a alternância vocálica a formas sem as condições fonológicas e históricas reportadas, ao mesmo tempo que registamos a estabilidade de situações de não alternância; observamos igualmente, e num outro sentido, a nivelção do formato segmental do radical, pela propagação, ao plural, do timbre metafonizado.

Os resultados da atuação da analogia neste domínio preciso da gramática da língua portuguesa evidenciam, assim, a complexidade e a assistemática do mecanismo psicológico em causa tomado, pelos neogramáticos, precisamente como o contraponto da regularidade

da mudança fônica e apresentado por Fischer (2011: 36) como um conceito altamente fluido, cujo funcionamento é claramente distinto daquele que se observa nas regras formuladas pela gramática gerativa. As questões que decorrem da sua atuação têm a ver com os limites do fenómeno (a sua "arbitrariedade" conduz à marcação do léxico atingido) e com a sua direção: a propensão para a regularização desencadeia mudanças no sentido da expansão do mecanismo da alternância ou, ao contrário, no sentido da uniformização do radical, repondo, em qualquer dos casos, regularidade onde uma mudança fônica tinha introduzido irregularidade (aceitando o testemunho de Leão, formas como *n[o]vos* e *p[o]vos* poderão precisamente resultar do facto de a pressão analógica se exercer no sentido da uniformização do radical). É possível, aqui, reconhecer analogia de tipo proporcional e identificar a diferença que tradicionalmente se estabelece entre extensão e nivelação analógicas (correspondendo à primeira situação e ao segundo caso, respetivamente) (Hock / Joseph 1996: 154).

A coexistência, com maior ou menor expressão, de formas analógicas, mais novas, e de formas antigas tornam esta uma área de difícil estabilização e um domínio onde a mudança regista rumos e ritmos diversos. Se historicamente, se apreende uma mudança que incide sobre a unidade sonora, a observação da sua difusão sugere que, ao contrário do postulado pelos neogramáticos, essa transformação não afeta de modo abrupto todo o léxico onde se reúnem as condições necessárias. Pelo contrário, parece ser condicionada por características semânticas, socioculturais, pragmáticas dos itens lexicais.

Dilucidada a questão estrutural sincrónica e reconstituídos os processos históricos que estão na base das mudanças ocorridas, outra dimensão do problema envolve, então, o uso em sincronia e o modo como os materiais codificatórios o traduzem ou condicionam. Um dos aspectos que importará esclarecer é, por um lado, a relação entre os índices de frequência dos itens lexicais e a definição do timbre da vogal no radical e, por outro, a relação entre a familiaridade do vocábulo e a fixação de um dos padrões de marcação do plural; concretamente, a avaliação da produtividade do mecanismo da alternância poderá ser esclarecida pela observação do comportamento dos falantes expostos a novas formas ou a palavras relativamente às quais há registo de variação. Note-se que, muito embora seja controversa a relação entre mudança analógica e difusão lexical, se considera habitualmente que, em ambos os casos, a frequência determina as formas que primeiro sofrem o processo de mudança: concretamente, as de baixa frequência serão mais suscetíveis ou à mudança analógica ou à alteração por difusão lexical (Sonderegger / Niyogi 2013: 273).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia de Ciências de Lisboa (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo.
- Álvarez Blanco, Rosario (1988): "Considerações sobre a metafonía nominal galega" em Dieter Kremer (ed.), *Homenagem a Joseph M. Piel*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 141-157.
- Andrade, Ernesto d' (1993): *Dicionário inverso do Português*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Andrade, Ernesto d' (1994): *Temas de fonologia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barbosa, Jorge Morais (1994): *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Blevins, James P. / Juliette Blevins (2009): "Analogy in grammar", em James P. Blevins / Juliette Blevins, *Analogy in Grammar. Form and Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1-12. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199547548.003.0001>
- Carmelo, Fr. Luís do Monte (1767): *Compendio de orthografia*. Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Casteleiro, João Malaca (2001): "Introdução", em Academia de Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, XIII-XXIII.
- Casteleiro, João Malaca (2005): "Introdução à versão portuguesa", em António Houaiss / Mauro de Salles Vilar, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, XX-XXIX.
- Cavacas, Augusto d'Almeida (1920): *A língua portuguesa e sua metafonía*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- Cunha, Celso / Luís F. Lindley Cintra (1990<sup>7</sup>): *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/>
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>
- Fischer, Olga (2011): "Grammaticalization as analogically driven change", em Heiko Narrog / Bernd Heine (eds.), *Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 31-42.
- Hock, Hans Henrich / Brian D. Joseph (1996): *Language History, Language Change, and Language Relationship*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- Houaiss, António / Mauro de Salles Vilar (2005): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates.
- Hyman, Larry M. (2013): "Enlarging the scope of phonologization", em Alan C. L. Yu, *Origins of sound change. Approaches to phonologization*. Oxford: Oxford University Press, 3-28.
- Lahiri, Aditi (2000): "Introduction", em Aditi Lahiri (ed.), *Analogy, Levelling, Markedness*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1-14.
- Leão, Duarte Nunes de (1576): *Orthographia da lingua portuguesa*, em Lisboa, per João de Barreira impressor delRei N. S.
- Loporcaro, Michele (2011): "Phonological processes", em Martin Maiden / J. C. Smith / A. D. Ledgeway (eds.), *The Cambridge History of the Romance Languages*, vol. I – Structures. Cambridge: Cambridge University Press, 109-154.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI com referência à situação do galego moderno*. Lisboa: INIC.
- Mailhot, Frédéric (2013): "Modeling the emergence of vowel harmony through iterated learning", em Alan C. L. Yu, *Origins of sound change. Approaches to phonologization*. Oxford: Oxford University Press, 247-261. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199573745.003.0012>
- Mateus, M. Helena Mira (2003): "Fonologia", em M. Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 987-1033.
- Mateus, M. Helena Mira (2006): "Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa", *Estudos da Linguagem: Questões de Fonética e Fonologia: uma Homenagem a Luís Carlos Cagliari*. Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 159-180.
- Miguel, M. Augusta Cavaco (1995): "Interpretação fonológica de alguns plurais em português", em Direção da Associação Portuguesa de Linguística (org.), *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 331-340.
- Miranda, Ana R. Moresco (2002): "A metafonía nominal (português do Brasil)", *Letras de Hoje* 37, 1, 69-98.
- Neves, M. Helena Moura (2011<sup>2</sup>): *Gramática de usos do português*. S. Paulo: UNESP.
- Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986) 2ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Nunes, José Joaquim (1956<sup>5</sup>): *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Oliveira, Fernão de (1536): *Gramatica da lingoagem portugueza*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, 2000. Lisboa.
- Penny, Ralph (2009): "Vowel Harmony and Metaphony in Iberia: A Revised Analysis", *Estudos de lingüística galega* 1, 113-124. DOI: <http://dx.doi.org/10.3309/1989-578X-09-6>
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2008): *O português arcaico. Uma aproximação*, 2 vols. Lisboa: INCM.
- Sonderegger, Morgan / Partha Niyogi (2013): "Variation and change in English noun / verb pair stress: Data and dynamical systems models", em Alan C. L. Yu, *Origins of Sound Change. Approaches to Phonologization*. Oxford: Oxford University Press, 262-284. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199573745.003.0013>
- Teyssier, Paul (1989): *Manual de língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1930): "A metafonía na língua portuguesa", *Revista Lusitana* 38, 1-4, 16-20.
- Vilela, Mário (1995): *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra: gramática da frase: gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina.

Villalva, Alina (2003): "Estrutura morfológica básica", em M. Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 917-938.

Williams, Edwin B. (1961): *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

